

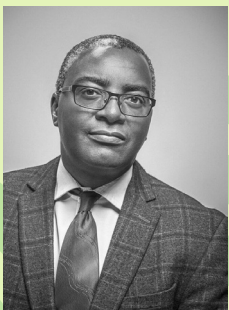
Relatório Anual 2025



Índice

Prefácio	3
Resumo Executivo	5
O contexto de 2025	7
Indonésia	10
Maláui	12
Moçambique	14
Tanzânia	16
Uganda	18
Zimbabuê	20
No palco mundial	22
Finanças	25
A Fundação	26
Declaração da ECLT	27

Prefácio



Dr. Innocent Mugwagwa
Diretor Executivo
Fundação ECLT

Em meados de 2024, tive o privilégio de me juntar a responsáveis governamentais, líderes em sustentabilidade, associações de produtores, especialistas acadêmicos e representantes da sociedade civil em Raleigh, na Carolina do Norte, para refletir sobre um estudo marcante realizado pela Universidade da Carolina do Leste, que analisou o trabalho infantil em mais de uma dúzia de produtos agrícolas no estado.

O que mais me impressionou não foi apenas a profundidade do empenho destes líderes em combater o trabalho infantil nos seus respectivos setores, mas também o reconhecimento comum de que o trabalho infantil na agricultura não é específico de um determinado produto. É sistêmico. E, por ser sistêmico, não pode ser resolvido isoladamente. Exige uma ação coordenada entre setores, cadeias de abastecimento, instituições e comunidades.

Essa convicção — de que uma mudança duradoura requer colaboração para além dos limites tradicionais — tem guiado a Fundação ECLT ao longo de 2025 e está no cerne deste relatório.

Este ano marcou um importante ponto de viragem para a nossa Fundação. Em 2025, a ECLT iniciou uma transformação significativa rumo a um mandato mais abrangente e inclusivo, com base na constatação de que o trabalho infantil na agricultura e na economia rural num sentido mais lato não respeita os limites das culturas. Esta evolução reflete o nosso compromisso de proteger as crianças de forma holística, independentemente do produto, do setor ou do contexto em que os riscos surgem.

Ao refletir sobre o ano, destacam-se três lições.

Em primeiro lugar, é essencial criar um ambiente propício através de políticas bem fundamentadas, participação inclusiva e incentivos claros para alcançar um impacto sustentável em grande escala.

O nosso trabalho na Indonésia e na Tanzânia — onde apoiámos o desenvolvimento e a adoção de códigos de práticas de trabalho para todo o setor agrícola — demonstrou o poder de alinhar as partes interessadas em torno de normas comuns e de uma responsabilidade partilhada. Em Moçambique e na Tanzânia, trabalhamos também diretamente com crianças ex-trabalhadoras para compreender melhor as realidades e os riscos que enfrentavam, contribuindo para os debates nacionais sobre o trabalho perigoso para crianças com menos de 18 anos. Com demasiada frequência, as perspetivas das crianças estão ausentes das discussões políticas que afetam mais diretamente as suas vidas.

Em segundo lugar, é indispensável uma colaboração intersetorial mais forte se quisermos acelerar o progresso.

As consultas realizadas ao longo do ano, em preparação para a VI Conferência Mundial sobre a Eliminação do Trabalho Infantil, reforçaram uma realidade urgente: a agricultura continua a ser o setor onde persiste a maior parte do trabalho infantil, onde as crianças mais novas são afetadas de forma desproporcional e onde os progressos têm sido mais lentos. Enfrentar este desafio exige uma maior coerência entre as matérias-primas, os intervenientes e as agendas mundiais.

Foi neste contexto que lançámos o Apelo à Ação da ECLT, exortando a comunidade internacional a dar prioridade às crianças mais novas na agricultura e a focar-se nas Políticas, na Produção e nas Aquisições — os “3P” (Policy, Production, and Procurement em inglês) — como vias para reduzir a dependência das famílias rurais do trabalho infantil.

Em terceiro lugar, a adaptabilidade tornou-se essencial.

O contexto em que operamos está a mudar rapidamente. As tensões geopolíticas, as dinâmicas comerciais em mudança, as expectativas em evolução em matéria de dever de diligência e a escassez de recursos estão a remodelar o panorama mundial. Porém, estes desafios também reforçam a importância das abordagens que envolvem várias partes interessadas. Na melhor das hipóteses, continuam a ser uma das formas mais eficazes de apoiar as empresas, os governos e as comunidades no cumprimento das suas responsabilidades, proporcionando simultaneamente melhorias tangíveis para as crianças ao longo das cadeias de abastecimento agrícolas.

Não obstante a complexidade do contexto atual, continuo profundamente encorajado pela resiliência, pelo empenho e pela criatividade dos parceiros com quem trabalhamos — governos, entidades reguladoras, organizações de produtores, empresas, representantes dos trabalhadores e atores da sociedade civil — que continuam a demonstrar o que a ação coletiva pode alcançar.

Conforme mostra este relatório, é possível alcançar progressos significativos quando a colaboração assenta na responsabilidade partilhada, em ações concretas e numa determinação comum de garantir que todas as crianças podem crescer em segurança, protegidas e capazes de atingir o seu pleno potencial.

Sobre a ECLT

A Fundação para a Eliminação do Trabalho Infantil no Cultivo do Tabaco (ECLT) é uma organização mundial sem fins lucrativos dedicada a combater o trabalho infantil nas comunidades agrícolas, através de soluções colaborativas e sustentáveis.

A ECLT trabalha para combater as causas profundas do trabalho infantil — incluindo a pobreza, o acesso limitado a uma educação de qualidade e as pressões económicas enfrentadas pelas famílias de agricultores —, reforçando os meios de subsistência, apoiando os sistemas educativos e promovendo práticas responsáveis.

Ao reunir governos, empresas, agricultores e as partes interessadas locais, a Fundação implementa

abordagens coordenadas que não só retiram as crianças do trabalho perigoso, como também ajudam a prevenir o trabalho infantil na sua origem.

A ECLT detém um estatuto consultivo especial junto do Conselho Económico e Social das Nações Unidas, o que reflete o seu compromisso com a promoção dos direitos humanos e dos princípios de desenvolvimento sustentável internacionalmente reconhecidos.

Com mais de duas décadas de experiência, a Fundação construiu um sólido historial na promoção de soluções práticas e adaptáveis e na contribuição para os esforços mundiais de eliminação do trabalho infantil na agricultura.



A Fundação ECLT catalisa o poder dos Estados, das empresas e das comunidades numa ação coletiva para eliminar todas as formas de trabalho infantil na agricultura

Através de soluções coordenadas e baseadas em dados concretos, a ECLT trabalha para abordar as causas profundas do trabalho infantil — reforçando os meios de subsistência, promovendo práticas responsáveis e apoiando sistemas nacionais que protegem os direitos das crianças.



Agricultura sem qualquer forma de trabalho infantil

Um mundo onde as crianças crescem em segurança, frequentam a escola e podem realizar todo o seu potencial, e onde as comunidades agrícolas prosperam sem recorrer ao trabalho infantil.

Resumo Executivo

Em 2025, a ECLT continuou a reforçar os sistemas necessários para prevenir o trabalho infantil na agricultura — desde mecanismos de prevenção a nível comunitário até normas de trabalho nacionais e esforços de sensibilização a nível mundial. Nos países parceiros, a Fundação trabalhou em conjunto com governos, empresas, organizações de trabalhadores e comunidades agrícolas para combater as condições que continuam a colocar as crianças em risco de trabalho infantil.

Dos compromissos à implementação

Várias iniciativas em 2025 focaram-se na tradução dos compromissos políticos em sistemas práticos de prevenção. Na Tanzânia, a adoção do Código do Trabalho Agrícola estabeleceu um quadro comum para as normas de trabalho e o dever de diligência em matéria de trabalho infantil em todo o setor agrícola. Em Moçambique, as consultas que envolveram crianças, cuidadores e comunidades agrícolas serviram de base à revisão da Lista Nacional de Tarefas Perigosas para Crianças, ao passo que o Zimbabué avançou com políticas e mecanismos de coordenação relacionados com a futura implementação do projeto-piloto STEP UP.

Reforçar a prevenção a nível comunitário

Nas comunidades agrícolas, a ECLT e os seus parceiros continuaram a reforçar os mecanismos locais de prevenção e remediação. Na Indonésia, os sistemas de monitorização baseados na comunidade ajudaram a identificar e a apoiar crianças em risco de trabalho infantil em áreas de cultivo de tabaco, cacau e cravo-da-índia.

No Uganda e no Maláui, as atividades de envolvimento escolar, as iniciativas de sensibilização e os grupos de poupança comunitários contribuíram para reforçar as estruturas locais que apoiam a educação das crianças e a resiliência das famílias.

Apoiar os meios de subsistência e reduzir a vulnerabilidade

A vulnerabilidade económica continuou a ser um fator determinante do trabalho infantil em muitas comunidades agrícolas. Ao longo de 2025, a ECLT apoiou iniciativas destinadas a reforçar a resiliência das famílias através de práticas agrícolas sustentáveis, grupos de poupança, formação profissional e mecanismos de microcrédito concebidos para reduzir as pressões sobre as famílias de agricultores e criar alternativas mais seguras para os adolescentes.

Incluir a agricultura nas discussões mundiais sobre promoção

A nível mundial, a ECLT intensificou os seus esforços de promoção para garantir que as realidades agrícolas continuam visíveis no âmbito dos debates internacionais sobre o trabalho infantil e as práticas empresariais responsáveis. Através da sua participação no Fórum das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, na Cimeira de Líderes do Pacto Global da ONU e na campanha “Turn Off the Tap” (Feche a Torneira) da Fundação, a ECLT apelou a uma maior atenção às crianças mais novas, aos meios de subsistência rurais e aos sistemas que sustentam o trabalho infantil na agricultura.

1

Código do Trabalho Agrícola adotado no
setor agrícola da Tanzânia

1.562

Crianças identificadas e apoiadas
através de sistemas de monitorização
do trabalho infantil na Indonésia

2025 em números

6

Países ativos
em África e na Ásia



3.785

Mulheres acederam a créditos através
de grupos de poupança comunitários
no Maláui

421

Crianças retiradas do
trabalho infantil e matriculadas
na escola em Moçambique

1

Projeto-piloto STEP UP de três
anos aprovado no Zimbabué

246

Famílias alcançadas através de
atividades de sensibilização para
a proteção infantil no Uganda



O contexto de 2025

Apesar dos esforços mundiais contínuos, o trabalho infantil continua a ser uma realidade persistente para milhões de crianças em todo o mundo. De acordo com as estimativas mais recentes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da UNICEF, cerca de 138 milhões de crianças estavam em situação de trabalho infantil em 2024. Destas, aproximadamente 54 milhões participavam em trabalhos perigosos que põem em risco a saúde, a segurança e o desenvolvimento.

Nos últimos anos, voltaram a registrar-se progressos, reduzindo-se o número de crianças em situação de trabalho infantil em mais de 20 milhões, em comparação com 2020. Contudo, o ritmo continua a ser demasiado lento para cumprir as metas globais, e o fardo continua a recair de forma desproporcional nas comunidades agrícolas.

Atualmente, 61% de todo o trabalho infantil ocorre na agricultura. Cada vez mais, afeta as crianças mais novas: as crianças com idades entre os 5 e os 11 anos representam agora a maioria das crianças em situação de trabalho infantil em todo o mundo. Muitas trabalham como mão de obra familiar não remunerada em pequenas explorações agrícolas e de subsistência, particularmente na África Subsaariana.

Este padrão reflete um problema estrutural mais profundo. Para muitas comunidades rurais, o trabalho infantil continua estreitamente associado à sobrevivência económica. Quando as colheitas falham, os preços oscilam ou os rendimentos das famílias ficam aquém do necessário, as crianças são muitas vezes obrigadas a trabalhar, enquanto as famílias tentam fazer face à situação.



As nossas prioridades

A ECLT atua em diversas comunidades, cadeias de abastecimento e sistemas públicos para combater as condições que sustentam o trabalho infantil na agricultura. Em 2025, a Fundação centrou-se em quatro prioridades interligadas:

Prevenir e combater o trabalho infantil a nível comunitário

Apoiar sistemas baseados na comunidade para identificar, prevenir e responder ao trabalho infantil, promovendo simultaneamente o acesso à educação, a sensibilização para os direitos das crianças e alternativas mais seguras para os adolescentes com idade superior à idade mínima de admissão ao emprego.

1 2

Reforçar os sistemas nacionais

Colaborar com os governos e os parceiros sociais para reforçar as normas de trabalho, as políticas públicas e os mecanismos de coordenação em matéria de trabalho infantil.

3 4

Fortalecer a resiliência das famílias

Ajudar as famílias de agricultores a melhorar os seus meios de subsistência, a aceder a financiamento e a reforçar a resiliência económica, com vista a reduzir as pressões económicas que conduzem ao trabalho infantil.

Fomentar cadeias de abastecimento responsáveis

Promover práticas de abastecimento responsáveis, o dever de diligência e abordagens setoriais que apoiem o trabalho digno em todas as cadeias de abastecimento agrícolas.

Onde trabalhamos em 2025

Em 2025, a Fundação ECLT apoiou a implementação de projetos integrados de base local, financiou iniciativas de investigação e prestou assistência técnica a governos, empresas e comunidades agrícolas em seis países.



Promoção e assistência técnica



Projetos de base local, promoção e assistência técnica



Indonésia



Nas comunidades agrícolas da Indonésia, a prevenção do trabalho infantil requer mais do que compromissos nacionais — requer sistemas capazes de identificar riscos numa fase precoce e de dar resposta no seio das próprias comunidades.

Em 2025, a ECLT e os seus parceiros reforçaram estes mecanismos através de iniciativas que ligaram os quadros nacionais a ações práticas em todo o setor agrícola.

Um importante passo em frente foi a operacionalização do Sistema de Monitorização e Remediação do Trabalho Infantil (CLMRS) através do projeto ACCLAIM. Implementada pela JARAK em estreita coordenação com a PAACLA Indonésia, esta iniciativa capacitou responsáveis

locais, professores e voluntários comunitários em oito aldeias-piloto em Jember e nas regiões leste e norte de Lombok para identificar e responder a casos de trabalho infantil em comunidades dedicadas ao cultivo de tabaco, cacau e cravo-da-índia.

Através deste sistema de monitorização, mais de 1.500 crianças em situação de trabalho infantil ou em risco de o vir a estar foram identificadas numa fase precoce e encaminhadas para os apoios adequados, incluindo o encaminhamento para serviços de proteção social, apoio educativo e atividades preventivas concebidas para manter as crianças na escola.

A par destes esforços, a ECLT e os seus parceiros continuaram a reforçar as práticas de trabalho responsáveis através da divulgação das Orientações sobre Práticas de Trabalho da Indonésia para combater o trabalho infantil na agricultura.

Lançadas inicialmente em 2024, as Orientações foram promovidas através de atividades de formação e de reforço de capacidades que envolveram agricultores, empresas e outros intervenientes nas áreas participantes.

Esta abordagem em cascata ajudou a integrar a prevenção do trabalho infantil nas operações agrícolas quotidianas e na supervisão, reforçando a ligação entre a política nacional e a prática no terreno.

A nível nacional, as lições retiradas tanto do projeto-piloto como das iniciativas de reforço de capacidades serviram de base a debates mais amplos sobre práticas de trabalho responsáveis na agricultura.

Através da PAACLA Indonésia — a parceria nacional multilateral sobre o trabalho infantil — estas experiências contribuíram para o diálogo político e a coordenação setorial.

Este impulso culminou numa parceria formal entre a PAACLA Indonésia e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) para explorar a replicação do modelo CLMRS no setor do óleo de palma da Indonésia, alargando o seu alcance potencial para além das comunidades-piloto iniciais.

8

aldeias-piloto participaram através do projeto ACCLAIM

1.562

crianças identificadas e apoiadas

162

crianças retiradas do trabalho infantil

1.104

crianças em situação de risco impedidas de iniciar trabalho infantil

26

centros de atividades comunitárias proporcionaram espaços seguros de aprendizagem e lazer para crianças em situação de risco

92

formadores capacitados para difundir as Orientações sobre Práticas de Trabalho

557

partes interessadas de várias empresas, grupos de agricultores e instituições locais participaram em atividades de formação

Maláui

Nas regiões produtoras de tabaco do Maláui, o trabalho infantil continua estreitamente associado às pressões económicas enfrentadas pelas famílias de agricultores.

Ao longo de vários anos, a ECLT e os seus parceiros têm trabalhado com as comunidades para abordar estes fatores subjacentes — reforçando os meios de subsistência, apoiando a educação e consolidando os sistemas locais que ajudam as crianças a permanecer na escola.

Em 2025, este trabalho entrou numa fase centrada na consolidação dos ganhos alcançados pelas comunidades e no reforço das estruturas necessárias para os sustentar ao longo do tempo. Através do projeto PROCLAIM Bridge, a ECLT continuou a trabalhar em conjunto

com instituições governamentais, partes interessadas do setor e organizações da sociedade civil locais para apoiar as famílias de agricultores e as iniciativas comunitárias nas áreas de cultivo de tabaco.

Em todas as áreas do projeto, os esforços focaram-se no reforço da resiliência das famílias e no acesso das crianças à educação. Os programas de alimentação escolar, as atividades de sensibilização e a iniciativa de formação agrícola ajudaram a apoiar a continuidade educativa, ao mesmo tempo que aliviaram algumas das pressões económicas que colocam as crianças em risco de trabalho infantil.

As estruturas financeiras comunitárias continuaram também a ser fundamentais para estes esforços. As Associações de poupança e de crédito a nível da

aldeia (VSLA) continuaram a apoiar as famílias de agricultores — em particular as mulheres — no reforço das atividades geradoras de rendimento e na melhoria da estabilidade dos agregados familiares. **A par destas iniciativas a nível comunitário, a ECLT contribuiu igualmente para o diálogo e a coordenação a nível nacional sobre trabalho infantil.**

Em 2025, a Fundação foi eleita presidente do Grupo de Trabalho Técnico Nacional sobre Trabalho Infantil, que reúne instituições governamentais, agentes do setor e organizações da sociedade civil. No âmbito deste mandato, o Grupo de Trabalho avançou nas discussões sobre a revisão da Política Nacional de Trabalho Infantil do Maláui, incluindo os riscos de trabalho infantil associados ao sistema de trabalho por arrendamento nas comunidades agrícolas.

A ECLT estabeleceu também uma parceria com a Comissão do Tabaco para promover práticas empresariais responsáveis nos distritos produtores de tabaco. Esta parceria incluiu uma campanha de sensibilização transmitida pela rádio em 23 distritos, um programa de formação de formadores sobre a prevenção do trabalho infantil e apoio ao desenvolvimento de uma Política de Trabalho Infantil para a indústria do tabaco, que se encontrava ainda em fase de validação no final do ano.

Ao reforçar tanto a resiliência das famílias como os mecanismos de coordenação nacionais, o trabalho da ECLT no Maláui continuou a fortalecer os sistemas e as estruturas comunitárias necessários para sustentar o progresso na luta contra o trabalho infantil a longo prazo.

29.791

agricultores formados em
práticas agrícolas sustentáveis

+19.595

alunos abrangidos por iniciativas de
alimentação escolar

3.785

mulheres acederam a créditos através de
grupos de poupança comunitários

500

membros da comissão formados no âmbito
da legislação sobre o trabalho infantil e do
Plano de Ação Nacional

6.279

membros da comunidade alcançados
através de atividades de sensibilização

23

distritos alcançados através de
campanhas de sensibilização pela rádio

50

formadores formados em prevenção do
trabalho infantil



Moçambique

Na agricultura, certas tarefas podem colocar rapidamente as crianças em situações de perigo. A redução destes riscos requer tanto proteções mais fortes para as crianças como alternativas viáveis para manter os jovens afastados de trabalhos perigosos.

Em 2025, a ECLT apoiou avanços importantes em ambas as frentes em Moçambique, contribuindo para reforçar as normas nacionais relativas ao trabalho infantil perigoso e, em simultâneo, expandindo iniciativas a nível comunitário que apoiam a educação das crianças e proporcionam vias de subsistência mais seguras para os jovens.

A nível nacional, um dos principais focos foi a revisão e atualização da Lista Nacional de

Tarefas Perigosas para Crianças — um quadro fundamental que define quais as atividades agrícolas consideradas inseguras para as crianças. Em estreita parceria com o Ministério do Trabalho, Género e Ação Social (MITGAS), a ECLT facilitou consultas em quatro regiões, envolvendo a participação de crianças, cuidadores, líderes comunitários e outras partes interessadas locais, para garantir que o quadro revisto refletisse as realidades enfrentadas nas comunidades agrícolas.

Estas consultas serviram de base a workshops regionais tripartidos alargados, que reuniram instituições governamentais, organizações de trabalhadores e de empregadores, a sociedade civil e atores do setor privado, a fim de reforçar e validar as revisões propostas. No final do ano,

o quadro atualizado avançava para a validação nacional final.

A nível comunitário, a ECLT continuou a apoiar sistemas comunitários concebidos para identificar e dar resposta a casos de trabalho infantil na prática. Através do projeto-piloto do Sistema de Monitorização e Remediação do Trabalho Infantil (CLMRS), implementado no distrito de Angónia, foram identificadas crianças em situação de trabalho infantil e encaminhadas para medidas de apoio destinadas a ajudá-las a regressar à escola e a aceder a alternativas mais seguras.

Ao mesmo tempo, a ECLT intensificou os esforços centrados nos adolescentes com idade superior à idade mínima de admissão ao emprego que continuavam vulneráveis a trabalhos perigosos na agricultura.

Através do projeto UPSKILL na província de Niassa (distritos de Cuamba e Mandimba), adolescentes com idades entre os 15 e os 17 anos receberam formação profissional em competências práticas, desde a mecânica e a costura até à construção civil e às práticas agrícolas, o que contribuiu para criar oportunidades de subsistência mais seguras para além do trabalho agrícola perigoso.

Em conjunto, estes esforços ajudaram a reforçar tanto as medidas de proteção disponíveis para as crianças como as alternativas acessíveis aos adolescentes nas comunidades agrícolas.

421

Crianças retiradas do trabalho infantil e matriculadas na escola

3.170

kits escolares distribuídos a crianças vulneráveis

60

adolescentes apoiados através de vias de formação profissional

96

adolescentes formados através do projeto UPSKILL

Tanzânia

A agricultura continua a ser uma das maiores fontes de emprego, determinando os meios de subsistência de milhões de trabalhadores e famílias de agricultores. O reforço das normas de trabalho em todo o setor tornou-se, assim, um caminho cada vez mais importante para prevenir o trabalho infantil e promover o trabalho digno.

Em maio de 2025, anos de colaboração entre instituições governamentais, agentes do setor e organizações de trabalhadores culminaram na adoção do Código do Trabalho Agrícola sobre o Trabalho Infantil e Práticas de Trabalho Relacionadas (ALC) no Fórum Consultivo Nacional para as Partes Interessadas sobre o Trabalho Infantil — a mais alta instância do país para o diálogo social sobre o trabalho infantil.

Elaborado com o apoio da ECLT e de parceiros nacionais, o Código estabelece princípios e direitos fundamentais no trabalho, reforça a tolerância zero em relação ao trabalho infantil e fornece orientações sobre o dever de diligência em matéria de trabalho infantil. O quadro foi formalmente aprovado pelo Gabinete do Primeiro-Ministro – Trabalho, Juventude, Emprego e Pessoas com Deficiência (PMO-LYED).

Ao mesmo tempo, a ECLT continuou a apoiar a revisão da Lista Nacional de Tarefas Perigosas para Crianças da Tanzânia. As consultas à comunidade realizadas em seis regiões contribuíram para garantir que o quadro revisto refletisse as realidades enfrentadas pelas crianças e pelas famílias de agricultores nas comunidades agrícolas. No final do ano, a lista

atualizada tinha sido aprovada pelo Fórum Consultivo Nacional sobre o Trabalho Infantil e aguardava a publicação final no jornal oficial.

Com estes quadros já em vigor, a atenção centrou-se cada vez mais na implementação.

As partes interessadas presentes no Fórum Consultivo aprovaram o Sistema de Monitorização do Trabalho Infantil (CLMS) proposto pela ECLT, uma ferramenta digital de comunicação de dados destinada a acompanhar e informar sobre a implementação do ALC. A ECLT apoiou igualmente atividades de formação e divulgação envolvendo empresas, partes interessadas do setor agrícola e representantes governamentais, ajudando a traduzir as novas normas em orientações práticas para os intervenientes que operam em todo o setor.

A par destas reformas, a ECLT continuou a apoiar iniciativas destinadas a reforçar a resiliência das famílias de agricultores.

Através da PROSPER RESET Bridge, as Associações de poupança e de crédito a nível da aldeia, as Escolas-Modelo Agrícolas e as iniciativas de formação em competências continuaram a apoiar as comunidades rurais durante o período de transição entre projetos, ajudando a reduzir algumas das pressões económicas que contribuem para o trabalho infantil.

A ECLT também investiu no reforço da sustentabilidade do Fundo de Microcrédito PROSPER, consolidando os seus sistemas e reforçando as capacidades das equipas locais para apoiar famílias vulneráveis para além do envolvimento direto da Fundação.

Em conjunto, estes esforços refletiram uma mudança crescente dos compromissos políticos para sistemas práticos capazes de prevenir o trabalho infantil em todo o setor agrícola da Tanzânia.

1

Código do Trabalho Agrícola adotado no setor agrícola

22

pontos focais formados para apoiar a implementação do Código do Trabalho Agrícola

306

famílias apoiadas através do projeto PROSPER RESET Bridge, tendo 70% destas referido um aumento tangível no rendimento

501

crianças indiretamente impedidas de iniciar trabalho infantil através do projeto PROSPER RESET Bridge

27

crianças protegidas através da participação nas atividades de formação em competências do projeto PROSPER RESET Bridge

108

famílias acederam a créditos através do Fundo de Microcrédito PROSPER

110

crianças impedidas de iniciar trabalho infantil através do Fundo de Microcrédito PROSPER

Uganda

Nas regiões produtoras de café do Uganda, a prevenção do trabalho infantil começa com o reforço dos sistemas locais que dão apoio às famílias, às escolas e às comunidades agrícolas.

Em 2025, a ECLT e o seu escritório afiliado, a ECLA Uganda, lançaram novas iniciativas a nível comunitário para reforçar a prevenção do trabalho infantil no distrito de Rukungiri.

Através do Projeto CEIS — uma iniciativa de capacitação comunitária implementada pela

ECLA Uganda em parceria com parceiros do setor agrícola e com assistência técnica da ECLT — as atividades focam-se no reforço tanto da resiliência das famílias como da sensibilização para os direitos das crianças no seio das comunidades produtoras de café.

As Associações de poupança e de crédito a nível da aldeia (VSLA) e as atividades de envolvimento escolar contribuíram para reforçar as estruturas locais concebidas para apoiar a educação das crianças e reduzir a vulnerabilidade ao trabalho infantil.

As atividades de sensibilização envolveram também famílias de agricultores, escolas e líderes locais em torno da proteção infantil e da importância de manter as crianças na escola.

Ao mesmo tempo, os grupos de poupança comunitários ajudaram as famílias a reforçar a estabilidade financeira e a melhorar a sua capacidade de responder às pressões económicas.

Estas iniciativas iniciais ajudaram a lançar as bases para o estabelecimento de mecanismos de prevenção mais sólidos a nível comunitário nas regiões produtoras de café do Uganda.

Reforçam também a colaboração entre os atores locais — agricultores, líderes comunitários, escolas, organismos governamentais e parceiros do setor — que trabalham em conjunto para proteger os direitos das crianças na agricultura.

12

associações de poupança e de crédito a nível da aldeia (VSLA) criadas

165

famílias envolvidas através de grupos de poupança comunitários

246

famílias alcançadas através de atividades de sensibilização para a proteção das crianças

10

escolas primárias envolvidas através de esforços de promoção

Zimbabwe

No Zimbabwe, os esforços em 2025 centraram-se no reforço dos quadros institucionais e políticos necessários para apoiar ações a longo prazo contra o trabalho infantil nas comunidades agrícolas.

No seu trabalho conjunto com instituições governamentais, agentes do setor e parceiros sociais, **a ECLT apoiou iniciativas destinadas a reforçar os mecanismos de coordenação e os sistemas práticos de prevenção no setor agrícola.**

Um dos pontos centrais do ano foi o desenvolvimento do projeto-piloto STEP-UP em zonas de cultivo de tabaco. Concebida

para reforçar os sistemas de prevenção e remediação do trabalho infantil a nível distrital e comunitário, a iniciativa foi desenvolvida através de consultas alargadas que envolveram o Ministério da Função Pública, Trabalho e Previdência Social (MoPSLSW), o Comité Diretivo Nacional Interministerial sobre o Trabalho Infantil, o Conselho Nacional de Emprego para a Agricultura, a Associação do Tabaco do Zimbabwe (ZTA), o Sindicato Geral dos Trabalhadores da Agricultura e das Plantações do Zimbabwe (GAPWUZ), a Associação de Exportadores de Folha de Tabaco do Zimbabwe (TLEAZ) e o Conselho da Indústria e Comercialização do Tabaco (TIMB). Estas discussões ajudaram a definir a abordagem

de implementação do projeto, a clarificar as responsabilidades institucionais e a reforçar o alinhamento entre as instituições públicas e os agentes do setor. Em novembro de 2025, este processo culminou na aprovação formal, pelo Conselho de Administração da ECLT, de um projeto-piloto de três anos no distrito de Mount Darwin, marcando um passo importante rumo à implementação.

Foram também alcançados progressos significativos no âmbito político. A ECLT apoiou a conceção do primeiro instrumento legal do Zimbabwe que aborda o trabalho infantil e o trabalho perigoso.

Em colaboração com instituições governamentais, representantes dos trabalhadores e dos empregadores, bem como membros do Comité Diretivo Nacional sobre o Trabalho Infantil e da Procuradoria-Geral, a Fundação contribuiu com apoio técnico e financeiro para o processo de redação, que avançou para a fase de revisão final no decorrer do ano.

A ECLT apoiou igualmente a TIMB no desenvolvimento de uma estratégia nacional em matéria de Ambiente, Social e Governação (ESG), contribuindo para integrar a prevenção do trabalho infantil nas prioridades ambientais e de segurança no trabalho no setor do tabaco.

Em conjunto, estes esforços ajudaram a reforçar as bases institucionais e as parcerias necessárias para apoiar uma ação mais coordenada contra o trabalho infantil nas comunidades agrícolas do Zimbabwe.

1

projeto-piloto STEP UP de três anos
aprovado para o distrito de Mount
Darwin

1

projeto de instrumento regulamentar
sobre trabalho infantil e trabalho
perigoso avançou para a fase de
revisão final

1

estratégia nacional de ESG apoiada
no setor do tabaco



No Palco Mundial: O NOSSO TRABALHO DE PROMOÇÃO

À medida que a atenção mundial às práticas empresariais responsáveis e à responsabilização nas cadeias de abastecimento continuava a crescer em 2025, a ECLT empenhou-se em garantir que a realidade das comunidades agrícolas continuava a fazer parte do debate.

Em fóruns internacionais e iniciativas de promoção, a Fundação tem vindo a destacar de forma consistente um desafio central: a maior parte do trabalho infantil continua a ocorrer na agricultura, mas as pressões que se fazem sentir sobre as famílias rurais e os sistemas agrícolas continuam a não ser devidamente tidas em conta nas respostas mundiais.

INTEGRAR AS REALIDADES NO TERRENO NOS DEBATES MUNDIAIS

O Fórum das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos (UNBHR) apresentou um panorama claro da situação atual da agenda mundial. Quase quinze anos depois da adoção dos Princípios Orientadores da ONU, os compromissos multiplicaram-se, os quadros normativos amadureceram e as expectativas em relação às empresas aumentaram. Porém, ao longo dos debates, uma mensagem evidenciou-se: a distância entre os compromissos políticos e a realidade vivida continua a ser significativa.

Esta lacuna é particularmente visível nas cadeias de abastecimento agrícolas. Os trabalhadores continuam a enfrentar condições inseguras, as comunidades permanecem expostas a riscos e as crianças continuam a ser obrigadas a trabalhar, enquanto as famílias lutam para satisfazer as necessidades básicas.

Com base na experiência de países como a Tanzânia e a Indonésia, a ECLT salientou que o trabalho infantil na agricultura não pode ser combatido apenas através de abordagens centradas no cumprimento da legislação. Uma prevenção eficaz depende também de sistemas nacionais mais robustos, de um envolvimento sustentado com as comunidades e de uma ação mais coordenada ao longo das cadeias de abastecimento. Através da sua participação no Fórum, a Fundação defendeu abordagens que articulem melhor os quadros de dever de diligência com as realidades locais e os sistemas públicos responsáveis pela proteção dos direitos das crianças.



OS DIREITOS DAS CRIANÇAS E A AGENDA DE SUSTENTABILIDADE

UM APELO PARA FECHAR A TORNEIRA

A ECLT participou também na Cimeira de Líderes do Pacto Global da ONU, realizada durante a Semana de Alto Nível da Assembleia Geral da ONU, onde os debates se centraram no papel do setor privado na prossecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

No âmbito desta ampla agenda, a Fundação chamou a atenção para uma dimensão muitas vezes negligenciada: o lugar dos direitos das crianças nas práticas empresariais responsáveis.

Antes da VI Conferência Mundial sobre a Eliminação do Trabalho Infantil, em Marrocos, a ECLT intensificou os seus esforços de promoção em torno de uma mensagem central: o trabalho infantil não pode ser eliminado sem se dar resposta às pressões económicas e estruturais que as comunidades agrícolas enfrentam.

Através do seu Apelo à Ação e da campanha “Turn Off the Tap” (Feche a Torneira), a Fundação chamou a atenção para o facto de o trabalho infantil continuar a concentrar-se predominantemente na agricultura e a afetar cada vez mais as crianças mais novas. A campanha também destacou a necessidade de ir mais além das intervenções isoladas e reforçar os sistemas que moldam os meios de subsistência rurais — desde a produtividade agrícola e as práticas de abastecimento responsável até às normas de trabalho e às políticas públicas.

Ao salientar as realidades enfrentadas nas cadeias de abastecimento agrícolas, a ECLT sublinhou a necessidade de garantir que os compromissos em matéria de produção sustentável, rendimentos dignos e abastecimento responsável se traduzam em melhorias concretas para as crianças e as famílias.

Ao longo destas discussões, a Fundação continuou a defender um maior alinhamento entre as práticas empresariais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.

A par das mensagens de promoção, a ECLT publicou uma série de testemunhos de comunidades agrícolas e partes interessadas locais, dando voz a perspetivas que muitas vezes estão ausentes dos debates mundiais sobre o trabalho infantil. Estes testemunhos destacam tanto as realidades enfrentadas pelas famílias agrícolas como a importância de incluir as comunidades rurais na definição de soluções que as afetam.

Em conjunto, estes esforços ajudaram a reforçar uma mensagem mais ampla antes da Conferência de Marrocos: o progresso duradouro na luta contra o trabalho infantil dependerá não só de compromissos mais firmes, mas também de uma maior atenção aos sistemas agrícolas e às comunidades onde o desafio continua a ser mais premente.



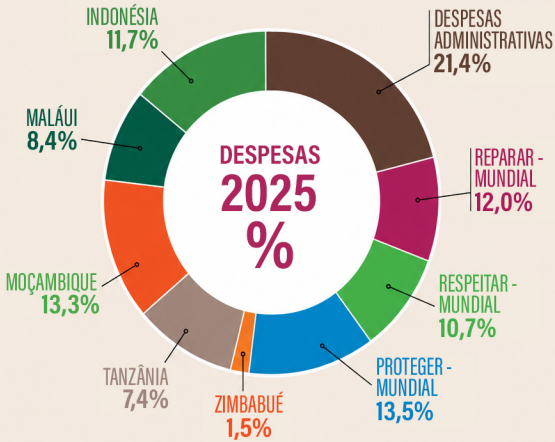
Finanças

Balanço em USD	31.12.25	31.12.24
ATIVOS		
Ativos correntes		
Caixa e equivalentes de caixa	2.618.474	3.959.938
Contas a receber	40.436	51.802
Encargos pagos antecipadamente	30.788	108.576
Total dos ativos correntes	2.689.698	4.120.316
Ativos a longo prazo		
Ativos financeiros	75.734	66.207
Total dos ativos a longo prazo	75.734	66.207
Total dos ativos	2.765.432	4.186.523
PASSIVOS, CAPITAL E FUNDOS		
Passivos correntes		
Contas a pagar	51.163	434.650
Contas a pagar acumuladas	141.914	115.381
Provisões	-	-
Contribuição recebida antecipadamente	144.340	-
Total dos passivos correntes	337.417	550.265
Capital dos fundos	758.641	916.265
CAPITAL DA ORGANIZAÇÃO		
Capital inicial (Fundação)	180.690	180.690
Capital livre (fundos sem restrições)	1.488.684	2.539.537
Fundos sem restrições acumulados	2.539.529	3.712.506
Resultado anual (antes da imputação ao capital da organização)	(1.050.845)	(1.172.968)
Total do capital da organização	1.669.374	2.720.227
Total dos passivos e do capital da organização	2.765.432	4.186.523

O relatório de auditoria de 2025 foi assinado pela RSM em maio de 2026. As Demonstrações Financeiras serão submetidas ao Conselho da Fundação para aprovação em junho de 2026.

Demonstração de receitas e despesas em USD

Do exercício findo em 31 de dezembro de 2025	2025	2024
Contribuições dos doadores	2.349.072	4.379.655
Das quais sem restrições	2.342.485	3.668.837
Das quais com restrições	7.217	710.818
Total do resultado operacional	2.349.702	4.379.655
Despesas do programa		
Proteger: Atividades de política e de promoção	(708.873)	(967.615)
Respeitar: Atividades de compromisso	(431.458)	(568.274)
Reparar: Atividades do projeto e investigação	(1.658.563)	(2.712.622)
Total das despesas do programa	(2.798.894)	(4.248.512)
Despesas administrativas	(762.897)	(824.045)
Total das despesas	(3.561.791)	(5.072.557)
Resultados operacionais	(1.212.089)	(692.902)
Resultados financeiros	3.612	65.331
Resultado antes da variação do capital dos fundos	(1.208.477)	(627.571)
Variação do capital dos fundos	157.632	(545.397)
Resultado anual (antes da imputação ao capital da organização)	(1.050.845)	(1.172.968)
(Imputações)/Afetações		
Capital livre	1.050.845	1.172.968



Despesas USD	2025	2024
Estados Unidos da América	-	22.503
Guatemala	-	-
Indonésia	415.999	354.859
Maláui	297.857	1.073.639
Moçambique	474.032	519.197
Tanzânia	263.538	387.724
Uganda	-	94.000
Zimbabué	54.622	327.620
Mundial - Proteger	481.331	569.916
Mundial - Respeitar	382.714	460.224
Mundial - Reparar	428.801	438.829
Despesas administrativas	762.897	824.045
Total das despesas	3.561.791	5.072.557

A Fundação

MEMBROS DA EQUIPA DA ECLT

Innocent Mugwagwa

Diretor Executivo

Franck Archinard

Gestor Financeiro

Irena Manola

Gestora de Operações

Ludivine Richner

Responsável pelos Programas

Roi Fernández Agudo

Gestor de Programas

Víctor Díaz

Gestor de Comunicação

Vincent Raad

Responsável pelos Programas

CONSULTORES NÃO EXECUTIVOS

Organização Internacional do Trabalho

Benjamin Smith

Conselheiro técnico designado

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Michiel Reerink

Presidente da ECLT

**Maria Reymão/
Benjamin Dessart**

Tesoureiros da ECLT

Anthony Jackson

Carsten Roll / William Meyer

Charlie Watson

Donato Del Vecchio / Jen Yang

Eduardo Jardim

Mathew Wilde

Mercedes Vazquez

Mette Valentin / Laurie Raebild

Simon Steyne

Song Wang

Tony Dunnage

CONTRIBUIDORES

Alliance One International, Inc.

**British American
Tobacco Holdings**

**Contraf-Nicotex-
Tobacco GMBH**

Hail & Cotton Inc.

Imperial Brands, PLC

**Associação Internacional de
Produtores de Tabaco**

**Japan Tobacco International
& Japan Tobacco Inc.**

Landewyck Tobacco

Premium Tobacco

Grupo Escandinavo do Tabaco

Swedish Match

Universal Corporation

AVALIADORES EXTERNOS

**Universidade de Dar-es-Salaam
Faculdade de Educação**

**Fundação Ekama
Development**

**Maendeleo Research and
Development Consulting**

**Mafundza & Espada,
Sociedade de Advogados**

A Fundação para a Eliminação do Trabalho Infantil no Cultivo do Tabaco (ECLT) dedica-se a promover e apoiar a eliminação de todas as formas de trabalho infantil, tal como definidas nos instrumentos pertinentes da Organização Internacional do Trabalho, nas comunidades produtoras de tabaco.

A Fundação ECLT é uma organização suíça independente sem fins lucrativos, registada e a desenvolver a sua atividade em conformidade com a legislação aplicável da Confederação Suíça. Não obstante a Fundação valorize o apoio dos seus contribuidores financeiros, as políticas, posições e ações da ECLT refletem exclusivamente a sua missão.

Como tal, as políticas, posições e ações da Fundação não devem ser interpretadas como aprovação, promoção ou representação das posições, atos e omissões de qualquer um dos seus contribuidores ou da indústria do tabaco. Além disso, a Fundação não fala nem atua em nome dos seus contribuidores financeiros ou da indústria do tabaco.

A Fundação ECLT valoriza a transparência, a responsabilização, a sustentabilidade e a integridade no seu trabalho e está empenhada em contribuir para o objetivo mundial comum de uma economia rural próspera, sem qualquer forma de trabalho infantil.

